
Jornal FNE

Edição 139 – Dez/13

O futuro está ali

Nesta edição, Engenheiro traz as expectativas de estudantes prestes a se formar que, a partir de 2014, ingressarão no mercado de trabalho. Confiantes no desenvolvimento nacional que lhes oferecerá oportunidades, os futuros engenheiros demonstram também consciência das dificuldades que poderão vir, especialmente pela via da superexploração. Ainda na escola, criticam o desrespeito à lei do piso da categoria e as artimanhas de algumas empresas para não valorizar adequadamente a mão de obra especializada.

Mostrando que os obstáculos existem, mas que podem ser vencidos com luta e unidade, o Senge Acre comemora a aprovação na chamada “Nova Lei Cartaxo” que atualiza o que havia sido conquistado em 2008, elevando a remuneração mínima no estado para R\$ 7 mil e estendendo-a a vários profissionais antes excluídos do benefício.

Dando continuidade à discussão sobre a Copa 2014, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” promoveu palestra do ministro do Esporte, Aldo Rebelo, sobre o mundial. Segundo ele, o evento tem tudo para ser um sucesso.

Em entrevista, o consultor da FNE, Marcos Dantas, fala sobre os problemas no setor de comunicação e a necessidade de democratizá-lo. Em C&T, a grande conquista alcançada com o credenciamento do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) junto ao Ministério da Educação. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

25 anos da Constituição Cidadã: uma conquista permanente

BRASILEIROS*, 25 anos passaram-se daquela tarde da quarta-feira, 5 de outubro de 1988, em que o mundo se curvou perante algo inédito. Em todo o século XX, não houve algo tão acachapante em torno de uma Carta Magna. A Constituição Cidadã culminava um ciclo de três anos de intensa mobilização, debate de ideias e de propostas inéditas na história deste País. “Muda Brasil!” foi o grito que sintetizou os sonhos. A Constituinte comprometeu-se com teses igualitárias e pela construção do bem-estar em um momento em que o mundo seguia o caminho da liberalização e da precarização social. Mais uma vez, no sentido da contramão das tendências mundiais, o Brasil criativamente saiu-se bem. Pactuou-se entre todos os setores da

sociedade, através dos 250 artigos da Constituição, o estabelecimento do Estado de Direito e iniciou-se uma nova etapa na história pela implantação e desenvolvimento da democracia.

Notem, BRASILEIROS: A Constituição de 1988, a sexta de nossa história, consagrou definitivamente os direitos sociais e as garantias fundamentais, elevando-os a cláusulas pétreas. Ela trouxe, por exemplo, um grande avanço em relação à seguridade social. O Sistema Único de Saúde (SUS), que atende hoje 150 milhões de pessoas e é reconhecido como um dos mais avançados e abrangentes do mundo em termos de concepção, foi criado nessa Constituição.

O capítulo inédito de ciência e tecnologia na Constituição ofereceu um arcabouço institucional para nosso desenvolvimento sustentável, decisivo para elevar o patamar de qualificação profissional dos trabalhadores e de aumento qualitativo da produção de riquezas. A FNE e o Seesp foram decisivos na coordenação das mais de 250 entidades da sociedade civil que organizaram as bases da conquista dos artigos 218 e 219. Da mesma forma, um Ministério Público com mais atribuições na Constituição deu ensejo a um poder crescente de controle social e aproximou o sistema de Justiça para perto do cidadão.

Sim, BRASILEIROS, para se avançar é necessário regulamentar os artigos da Constituição, o que exige novo esforço político e legislativo. Dos 369 dispositivos constitucionais sujeitos a regulamentação, 112 ainda estão à espera de lei ordinária que defina seu pleno funcionamento e 25 aguardam leis complementares. Contribuem para isso as pressões contrárias e a falta de unidade e consenso. A isso se chama aprofundar a democracia, que é um processo permanente de construção. Belo, duro e cheio de contradições inevitáveis na procura do equilíbrio entre o mercado e a política, o privado e o público, os interesses individuais e coletivos. Necessita-se de pressão social para alterar e acelerar procedimentos. Em junho último, em 370 cidades brasileiras, 2 milhões saíram às ruas para empurrar os legislativos, os judiciários e os executivos em torno de serviços públicos de melhor qualidade.

Agora, eu pergunto, BRASILEIROS: o grande desafio até 2022, Bicentenário da Independência, qual será? Postulo que seja exatamente o desafio cotidiano da melhoria dos serviços públicos no País. A Constituição alargou os direitos e estendeu-os a todos. Educação, saúde, saneamento, transportes, mobilidade urbana e segurança pública de qualidade transformaram-se na grande prioridade da próxima década. Poderemos alcançar esse objetivo? O grande brasileiro, Darcy Ribeiro, dizia que todas as vezes que o País tem uma meta clara para conquistar a alcança. Um novo patamar de nossa civilização estará sendo descortinado. O brasileiro aprendeu a acreditar em si mesmo e no Brasil. A Constituição, uma jovem de 25 anos, tem tudo a ver com isso.

Allen Habert - Diretor do Seesp e da CNTU, foi diretor da FNE

**O vocativo "Brasileiros" usado neste texto é uma homenagem à famosa crônica "Glória ao escrete de machos!", do instigante Nelson Rodrigues, após a conquista da seleção de futebol de 1958, que enterra o complexo de vira-lata.*

SINDICAL

Lei Cartaxo eleva piso a R\$ 7 mil no Acre

A luta dos cerca de 500 profissionais que atuam no estado do Acre teve uma conquista histórica em 7 de novembro último. A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade em uma sessão extraordinária projeto de lei do Poder Executivo que altera a

Lei nº 2.021/2008, batizada de Lei Cartaxo em homenagem ao deputado Francisco Cartaxo (PT), autor da proposição, falecido em 2006. A legislação original regula a carreira de engenheiros, tecnólogos, arquitetos, geógrafos, geólogos, médicos-veterinários e zootecnistas que atuam no estado, assegurando ganhos compatíveis com o piso das categorias definido em norma federal, a Lei 4.950-A/66, que estabelece ganho de nove salários mínimos para jornada diária de oito horas.

No entanto, sem reajuste previsto, a lei acriana havia ficado defasada ao longo dos anos, o que foi corrigido com a nova aprovação. “Começou a caducar porque não havia gatilho, assim o salário mínimo de referência ainda era de R\$ 415,00 – (ante o valor de R\$ 678,00 vigente em 2013)”, afirmou o presidente do Senge Acre, Sebastião Fonseca. Com a aprovação do que vem sendo chamada a “Nova Lei Cartaxo”, os problemas foram resolvidos, informou ele. “A partir de janeiro, o piso ficará em R\$ 7 mil e o teto chega a R\$ 14 mil”, comemora. Além disso, foram incorporados à lei os profissionais do Instituto de Administração Penitenciária (Iapen), da Companhia de Habitação (Cohab) e das Secretarias da Saúde, Extensão Florestal e Produção Familiar, antes excluídos. O novo texto também resgata o valor das Gratificações de Atividades Especiais (GAE) e altera a denominação da Gratificação de Campo para Gratificação de Responsabilidade Técnica. Ambas serão extensivas a todos os profissionais e incorporadas à aposentadoria, desde que o servidor possua um mínimo de cinco anos de contribuição.

Conforme Fonseca, a sanção da lei pelo governador Tião Viana estava prevista para o início de dezembro e um ato solene para dia 11, quando se comemora o Dia do Engenheiro. Como mesmo a “Nova Lei Cartaxo” não terá correção automática, o dirigente também já se prepara para a mobilização, visando 2015. “Vamos trabalhar em cima disso para evitar que a defasagem se acumule novamente”, afirma.

Mobilização e luta

O presidente do Senge credita a recente conquista à luta dos engenheiros no estado, que remonta a 2006, quando a entidade, que estava desmobilizada há 15 anos, foi resgatada com o apoio da FNE. “Lá, encontrei uma figura que me impressionou, que é o Murilo (Pinheiro, presidente da federação). Desde então, começou nossa parceria”, relata Fonseca. Ele conta que, retomando a ação sindical no estado, ainda em 2006 foi conquistada a legislação, garantindo o piso salarial no município de Rio Branco. “Partimos então para o estado, alcançando a Lei Cartaxo em 2008.”

Apesar da vitória, sem correção desde então, os salários dos engenheiros ficaram defasados e a reivindicação pelo reajuste culminou na greve de quatro semanas realizada em 2012. “Na ocasião, chegamos a um impasse, e a negociação não avançava. Foi quando o Murilo veio ao Acre conversar com o governador e pudemos retomar o diálogo. A paralisação foi encerrada em 17 de maio. Desde então, foram 21 negociações e quatro audiências”, conta o dirigente. Para garantir a tramitação da lei e efetivar a sua aprovação, relata, foi importante a participação do deputado Ney Amorim (PT). “Ele tem o respeito de toda a nossa classe.”

Para Fonseca, “essa é, portanto, uma vitória muito significativa”. Na sua avaliação, “após um imenso conflito, vivemos hoje uma cenário político muito melhor, em que há inúmeras parcerias entre o sindicato e o governo”. Outro motivo a comemorar, diz ele, é a área de 2 mil metros quadrados doada ao Senge para a construção da sede, cuja obra já tem verba prevista de R\$ 250 mil, fruto de contribuições dos profissionais.

Segundo Fonseca, a participação da FNE nas lutas da categoria no estado tem reconhecimento geral. “A forma de o Murilo atender o Acre é objeto de gratidão, não só pelo Senge, mas pelo estado”, assegura. Por isso mesmo, contou, estão em andamento na Assembleia Legislativa os trâmites para oferecer ao presidente da federação o título de Cidadão Acriano, que ele acumulará à homenagem do mesmo tipo recebida da cidade de Rio Branco.

Para Pinheiro, “o passo dado no estado do Acre é um reforço à luta nacional dos engenheiros por valorização, reconhecimento e, claro, remuneração justa”. Conforme ele, “um exemplo admirável de organização, unidade e mobilização da ‘Engenharia Unida’, movimento formado no Acre com a importante liderança do companheiro Tião Fonseca, que vem alcançando nos últimos anos relevantes conquistas. É a demonstração de que a luta séria e comprometida com os legítimos direitos da categoria terá sucesso”.

Por Rita Casaro

CRESCER BRASIL

Perspectivas para a Copa 2014

“Uma grande oportunidade.” Assim será o principal campeonato global de futebol para o País, na visão do ministro do Esporte, Aldo Rebelo. Ainda conforme ele, diferentemente do que via de regra se difunde na grande mídia, não há quaisquer dificuldades ao Brasil sediar a Copa 2014. As afirmações foram feitas durante sua palestra na sede do Seesp, na capital paulista, no dia 1º de novembro, em que ele abordou o tema “O Brasil e a Copa 2014 – Avaliação do campeonato das Confederações e perspectivas para o mundial”. O debate integra o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE, que organizou a iniciativa.

Falando a cerca de 200 engenheiros de todo o País, Rebelo destacou as contribuições do “Cresce Brasil” aos rumos do desenvolvimento nacional e lembrou que o Brasil sediará os dois

maiores eventos globais: a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. “São os mais esperados e acompanhados do planeta.” Sobre o primeiro deles, conforme sua fala, em sua 20ª edição, ocorrerá aqui pela segunda vez (a primeira foi em 1950), reunindo 32 seleções. Seiscentos mil turistas estrangeiros são esperados. Já as Olimpíadas, que abrangem mais de 200 países e mais de 20 modalidades esportivas, acontecerão pela primeira vez na América do Sul.

Centrando sua apresentação na Copa 2014, Rebelo citou o termo de cooperação técnica que o Ministério do Esporte firmou com a FNE para acompanhamento pela entidade das obras do mundial. Sua assinatura se deu em 30 de março de 2012, durante debate realizado em Manaus (AM).

O palestrante explicou por que acredita que o evento será uma grande oportunidade. “Os impactos socioeconômicos de grandes eventos já foram estudados. Somente a Copa garantirá a geração de 3,6 milhões de empregos no País, mais do que um Uruguai.” De acordo com ele, para cada um real em inversões públicas, o retorno será de 3,4 ao investidor privado. “Vinte e nove bilhões de pessoas serão impactadas diretamente com a imagem do Brasil. São 19 mil jornalistas credenciados e 350 redes de TV cadastradas.” Quanto à facilidade à realização, Rebelo observou: “Hoje, Mato Grosso é responsável por 60% do superávit da balança comercial, que é agrícola. Não vai conseguir organizar quatro jogos? Difícil foi construir Cuiabá por volta do ano 1600, construir Manaus, o forte Príncipe da Beira no interior de Rondônia e outro no Amapá séculos atrás.”

Importância política

Destacando que “poderia discutir a importância da Copa sobre vários pontos de vista”, Rebelo enfatizou que “o futebol é uma instituição internacional”. Assim, citou “estudioso francês segundo o qual o conceito moderno de nação ultrapassa o conceito clássico de que tem que ter povo, território, governo. É necessário ter uma seleção nacional de futebol – e que participe de algum torneio internacional”. Nesse sentido, o ministro apontou alguns exemplos na história para salientar como o esporte e o mundial estão atrelados ao nacionalismo e têm importância política para a unidade do povo após guerras e conflitos. Entre eles, a África do Sul pós-apartheid, que sediaria a Copa de 2010, e mesmo a Alemanha, em que o mundial teria lugar quatro anos antes. Até então, por conta do papel desempenhado pelo país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), havia uma espécie de constrangimento em erguer a bandeira e cantar o hino – o que foi corroborado na ocasião por Christian Müller, presidente da Associação de Engenheiros Brasil-Alemanha (VDI-Brasil).

No Brasil, Rebelo observou que “o futebol tem raízes muito profundas”. De passatempo das elites no século XVIII, seria transformado em “esporte de massas”. “Deu a jovens pobres e negros oportunidades que a escola, num país muito desigual, não garantiu. Talvez por isso o futebol seja uma das poucas instituições que se consolidou à margem do Estado e do mercado, sendo construída por seus adeptos.” Para o ministro, a Copa é a projeção do valor que tem esse esporte no mundo.

A competição, reiterou Rebelo, “é uma grande oportunidade que temos que celebrar como uma vitória. As obras de mobilidade urbana, viadutos, metrô, VLTs, toda a infraestrutura, boa parte oriunda do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) mediante empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ficarão aqui. E a taça também tem tudo para ficar”, concluiu.

Debate

O otimismo foi também expresso por vários engenheiros durante o debate, no qual a categoria levantou questões importantes para tal êxito. Entre elas, quanto à comunicação e à segurança durante a Copa 2014. Com relação à última, Rebelo afirmou que estão sendo feitos “investimentos elevados em equipamentos, integração em treinamentos, exercícios e operações das Forças Armadas em 16 mil quilômetros de fronteira”. Segundo ele, durante a Copa das Confederações, no mês de junho último, em meio a “manifestações sem precedentes”, não foram registrados grandes incidentes. “Operações diárias foram coordenadas, com um Centro de Comando e Controle em cada estado. A Copa das Confederações demonstrou que é possível fazer, com disciplina e elevado espírito de responsabilidade.” No que concerne à comunicação, o ministro foi categórico: “Haverá banda larga até em Manaus, mesmo com toda a dificuldade logística.”

Para além disso, Rebelo acredita que o País tem como grande vantagem a “qualidade humana”, diferencial na forma de receber e acolher os turistas.

Por Soraya Misleh

CRESCER BRASIL

Futuros engenheiros preparam-se para o mercado

Se o Brasil quer estar entre as potências mundiais nas próximas décadas, o caminho passa pela engenharia, que é o celeiro de inovações tecnológicas. A opinião é do formando Mailson Barros, 25 anos, estudante de engenharia elétrica na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O entusiasmo reflete a tendência apontada pelo censo do ensino superior do ano de 2012, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que demonstra que as matrículas nos cursos da área foram as que mais cresceram – 16,6% ante 2011. Para o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, o País está diante do desafio de ampliar esse contingente e garantir-lhe formação de qualidade. “É vital à nação dispor de mão de obra qualificada e apta a enfrentar as tarefas ligadas aos avanços necessários na infraestrutura e indústria nacionais”, afirma. O estudante concorda e defende investimentos em, por exemplo, laboratórios mais sofisticados, e maior aproximação entre empresas e universidades.

Daniele Feitoza Silva, 23 anos, quintanista de engenharia civil da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), reforça a nova fase do País que tem dado papel de destaque à área. “O Brasil

está crescendo, e diariamente são vistas novas construções, a necessidade de estradas, de medidas que ofertem água e energia, entre outros”, observa. E comemora: “Tudo (na engenharia) está em alta.”

A falta de profissionais em tecnologia no País é um problema de ordem mais qualitativa que quantitativa, na opinião do formando Bernardo Cascão Pires e Albuquerque, 23 anos, da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, a “aversão à matemática”, que acomete os alunos desde a infância, “é um mal que se reflete nos profissionais formados, mesmo nas engenharias”. Problema ainda na sua avaliação são aqueles que escolhem a carreira tendo como critério único o aspecto financeiro, desprezando “a afinidade com o curso.”

Izabele Aparecida Saorin, 22 anos, graduanda em engenharia mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), acredita que o mercado é bastante amplo e empregos não faltam. Apesar do otimismo, ela já se prepara para dificuldades do mercado, como a artimanha de muitas empresas que contratam o profissional como analista para não pagar o piso salarial previsto na Lei 4.950-A/66, o que, considera ela, é fundamental à valorização da profissão.

Escola e mercado

Fabio Seiti Aguchiku, aluno de mecatrônica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), acredita que a dificuldade do mercado depende da área de atuação. Ele destaca positivamente os setores da construção civil e os relacionados às atuais atividades da Petrobras – não apenas engenharia de petróleo, mas também a construção das plataformas e logística. Todavia, ressalta Aguchiku, o setor industrial vem contratando pouco, “investindo mais em programas de trainee e, com isso, formando seus funcionários ao invés de contratar um profissional mais experiente”.

Para ele, a escassez de profissionais que tem sido alardeada foi gerada pelo fato de o País ter preferido comprar tecnologia de fora em detrimento de desenvolver algo em território nacional. “Então, ficamos um tempo sem investir na área técnica, por isso talvez tenhamos falta de profissionais experientes.” Porém, reclama Aguchiku, as empresas querem engenheiros, mas não pagam salários condizentes, e contratam como “analista” para fugir do piso profissional legal.

O consultor acadêmico da nova escola de engenharia, o Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), José Marques Póvoa – professor no curso de engenharia física da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) durante 35 anos – diz que, muitas vezes, o alunato não tem a mínima ideia do que faz a engenharia, e quando tem é por causa do pai, do avô que foi ou é engenheiro. “Ou seja, tem a referência ainda de uma engenharia do passado, e não a visão do que será a profissão”, observa. Por isso, a proposta do Isitec, descreve Póvoa, é preparar um curso de ponta para que esse profissional seja solicitado praticamente à porta da universidade.

O professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC e coordenador do Laboratório de Engenharia Biomecânica do Hospital Universitário da instituição, Carlos Rodrigo Roesler, está satisfeito com o entusiasmo dos estudantes, apesar do receio em relação ao próprio desempenho. O docente da Ufal, Luciano Barbosa dos Santos, concorda, acrescentando que

logo no início do curso os alunos percebem que a jornada será difícil e rigorosa, “mas, em geral, enfrentam o desafio com muita coragem e disposição”.

Por Rosângela Ribeiro Gil

SINDICAL

MA

I Semana de Engenharia da UFMA

Ocorreu de 11 a 15 de novembro último a I Semana de Engenharia da Universidade Federal do Maranhão (I Senge UFMA), com apoio e patrocínio do Senge e organização dos alunos dos cursos de engenharia elétrica e química dessa universidade, com o tema “Engenharia, a ferramenta para o futuro”. O objetivo foi promover intercâmbio científico, tecnológico e cultural entre os estudantes de engenharia do Maranhão e um debate sobre as tendências regionais do mercado de trabalho e os quesitos necessários para o desenvolvimento desse profissional. “O perfil e os desafios do profissional da engenharia” foi abordado na palestra de abertura, ministrada por Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE. No decorrer da semana, com o assunto “A versatilidade do engenheiro e o dinamismo no mercado de trabalho”, o sindicato promoveu um talk show, abordando as características do novo profissional da engenharia. “Além de idealizar, planejar, estruturar e concretizar uma obra, o engenheiro do futuro é um profissional que deve ter outras habilidades e ferramentas que a evolução tecnológica exige e estão a sua disposição. Esse novo profissional traz consigo um espírito inovador, garantindo seu destaque no mercado de trabalho”, explica Berilo Macedo, presidente do Senge-MA. Também estava presente Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, diretora desse sindicato e da Regional Norte da FNE. O professor Marcelo Barroso, do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), discorreu sobre as transformações nos formatos tradicionais dos cursos de engenharia no Brasil por conta do surgimento de novas tecnologias. Participaram o diretor do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Ridvan Nunes Fernandes, os professores Reinar de Oliveira Lourenço, coordenador do curso de engenharia química, Regina Célia de Sousa, coordenadora da I Semana, Maria de Fátima Santos, coordenadora de engenharia elétrica, e Marcel Roane Ferreira de Sousa, da engenharia química e da comissão organizadora.

AL

Audiência pública em Maceió

O presidente do Senge-AL, Disneys Pinto, participou da audiência pública, realizada pela Câmara Municipal de Maceió no dia 18 de outubro último, para discutir a execução dos serviços de abastecimento de água e implantação da rede e tratamento de esgoto desse município. Proposta pelo presidente da Câmara, vereador Francisco Holanda Filho (PP), a sessão contou com representantes da Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), das secretarias municipal e estadual de Infraestrutura, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-AL), da Associação Comercial de Maceió, da Comissão da Orla, da Secretaria Municipal de Proteção ao Meio Ambiente e da Superintendência Municipal de Controle e

Convívio Urbano. O vereador comprometeu-se a requerer à Prefeitura dados sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico da Capital, criada para fiscalizar prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos, drenagem urbana e sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Segundo ele, a agência tem papel importante na fiscalização do contrato de concessão da prestação desses serviços públicos, assinado em 23 de dezembro de 2004 entre a Prefeitura de Maceió e a Casal.

GO

Entidade recebe coordenadores dos Creas Júnior

Coordenadores dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia Júnior de Goiás e de outros quatro estados foram recebidos pelo presidente do Senge, Gerson Tertuliano, e seu diretor Cláudio Henrique Azevedo, no dia 8 de novembro último. Uma oportunidade aos 22 estudantes de engenharia de Campo Grande, Maranhão, Bahia, Piauí e da capital goiânia conhecerem a história do sindicato e suas atividades. Para Tertuliano, “essa interação do Senge com a academia é primordial para o Crea Júnior”. Os alunos participaram de uma palestra sobre a entidade. Azevedo disse que se encarregará de abrir um espaço para os alunos na reunião da FNE, “pois queremos engenheiros jovens”. Mais informações no site www.creajr.org.br.

TO

Palestra sobre sistema sindical e legislação profissional

O papel do sindicato, suas atribuições, a legislação para sua constituição e as principais normas que regulamentam a profissão do engenheiro. Esses foram os temas da palestra realizada pelo presidente do Seageto, Antonio Ciro Bovo, na abertura da III Semana Acadêmica de Engenharia Elétrica (Saeel), da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Ocorreu no auditório do Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte, no dia 18 de novembro último. Na ocasião, ele explicou que o sindicato atua na defesa dos direitos individuais e coletivos da categoria, enquanto o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins (Crea-TO) tem como objetivo principal fiscalizar o exercício ilegal da profissão. Além disso, tratou da instituição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e da exigência de registrar as atividades do profissional no Crea; das penalidades que possa sofrer ao causar danos a terceiros, bem como dos convênios para treinamento e capacitação especializada e a realização e apoio a eventos em parceria com a FNE, através do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. Para finalizar, Bovo ressaltou a Lei 4.950-A/66, que institui o salário mínimo profissional, e foi taxativo ao defendê-lo e orientar os acadêmicos a não aceitarem pagamento inferior. “Estamos lutando contra instituições, empresas públicas e privadas para cumprirem a lei e pagarem o valor de seis salários para jornada diária de seis horas.”

PI

Prefeito sanciona lei de reajuste aos engenheiros e arquitetos

O prefeito de Teresina, Firmino Filho, sancionou a Lei nº 4.467, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre o reajuste do piso dos arquitetos e engenheiros servidores públicos do município. A remuneração dos profissionais terá acréscimo em 6,5%, retroativo a 1º de março deste ano. A minuta do Projeto de Lei Complementar nº 186/2013 foi elaborada pelo Senge Piauí e encaminhada à Prefeitura. Depois de dois meses de negociação, a matéria foi votada em primeiro e segundo turnos na Câmara de Vereadores e entrou em vigor, com o objetivo de

eliminar uma distorção na lei que reajustava apenas parte da remuneração desses profissionais.

Eleição da nova diretoria

No próximo dia 12 de dezembro acontecerá a eleição da nova diretoria do Senge-PI. O prazo de inscrições encerrou-se no dia 9 de novembro último, com apenas uma chapa concorrendo às eleições, tendo a sua frente o atual presidente, Antonio Florentino Sousa Filho, para o triênio 2014-2017. Serão instaladas urnas de votação no Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural, na Agespisa Águas e Esgotos, na Eletrobras Distribuidora e uma itinerante percorrendo órgãos públicos e empresas.

ENTREVISTA

Comunicação: falta um projeto de país

A necessidade de democratizar a comunicação em um cenário tensionado e controlado pelas corporações midiáticas ganha uma análise ampliada no livro organizado pelo professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Marcos Dantas. Intitulado “Comunicações, desenvolvimento, democracia”, integra a coleção de “Projetos para o Brasil”, da Fundação Perseu Abramo. Também consultor do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006 pela FNE, Dantas observa a indústria midiática na economia não apenas como negócio da vez na geração de lucros, mas como importante articuladora da cultura de sustentação do próprio capitalismo hoje. Com a colaboração de vários especialistas, o livro trata de um segmento mundializado e associado no Brasil ao coronelismo eletrônico e ao atraso do País em tomar as rédeas de um projeto nacional, temas desta entrevista.

Seu livro atribui a uma indústria que lida com um bem imaterial, da comunicação, um papel similar ao da indústria têxtil na primeira revolução industrial. Onde cabe essa comparação?

No papel para o dinamismo da economia capitalista. Eu não gosto do termo “imaterial” porque são fabricantes de equipamentos, infraestrutura e produtores em um complexo que representa 7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com os mesmos efeitos multiplicadores na economia, de gerar emprego, renda, hábitos e laços sociais, produzindo cultura e redesenhando o modo de vida. Participam a indústria eletroeletrônica, os grandes produtores audiovisuais, de videogames e softwares; os operadores de meios ou redes de comunicações terrestres, cabeadas ou satelitais; e os grupos financeiros que neles investem e os controlam. No Brasil, onde é associada a organizações como a Globo, Record e Editora Abril, essa indústria determina o tempo da novela, o horário do futebol, dita comportamentos.

Hoje a comunicação é associada a um novo paradigma, em que as pessoas se empoderam e podem mudar as coisas. Essa cultura capitalista não está ameaçada pelo próprio acesso à informação?

O velho Marx disse que o capitalismo é também seu próprio coveiro. Está na contradição do processo que não pode se expandir sem gerar novos conflitos e fragilidades. O capitalismo que gera novos padrões de acumulação, com a indústria do espetáculo e do entretenimento, também produz os meios que empoderam os proletários. O Manifesto Comunista já se referia ao impacto do telégrafo. Bertold Brecht também apontou o potencial do rádio, que poderia ter sido a internet de hoje. Há 80 anos, ele já tratava da neutralidade que discutimos hoje no âmbito do marco civil da internet, as leis que retiram liberdades na rede: Hadopi na França, Sinde na Espanha, Sopa nos EUA. Os roteiros para essas tecnologias no espaço democrático estão em disputa.

E qual tem sido a posição do Brasil nessa disputa?

O livro dedica um capítulo à regulação nos anos 1990, quando o Brasil fez a Lei do Cabo e a Lei Geral de Telecomunicações. Mas enquanto outros países faziam a convergência de mídias, aqui nós atendíamos a interesses de lobbies específicos. Não consideramos as dimensões culturais e democráticas para um projeto mais abrangente e estratégico. A radiodifusão aberta permaneceu, assim, em um cenário muito atrasado, dominado pelo coronelismo eletrônico. Nem o PSDB nem o PT tiveram pensamento para articular um marco da comunicação brasileira. Nossas autoridades das telecomunicações não sabem o que dizer sobre o assunto. O despreparo só se agravou, com ministros que atuam ao sabor das pressões, legítimas ou ilegítimas.

E as pressões da sociedade com o projeto da Mídia Democrática?

A decisão de colher assinaturas para um projeto de iniciativa popular e de forçar o Congresso a discuti-lo cria um fato positivo, político e jurídico. Além disso, o Pliip da Mídia Democrática é um projeto bem elaborado, fruto de uma discussão madura, que vem dos acúmulos da I Conferência Nacional de Comunicação. Se chegar ao Congresso com 1,5 milhão de assinaturas, será um fato aglutinador. O texto parte dos artigos da Constituição que tratam de rádio e TV aberta e que não foram regulamentados, mas não exclui os demais temas da comunicação. Se o governo quisesse, pegaria as propostas, mais a lei da TV por assinatura, e diria: o projeto está aqui.

Como consultor da FNE, você subsidiou o debate da internet e das escolhas brasileiras como fator de desenvolvimento. O livro retoma esses temas?

O movimento quer o serviço de infraestrutura da internet em regime público, mas hoje é prestado em regime privado, e o governo foge dessa discussão, porque a pressão das teles é muito forte. O livro faz a denúncia da desindustrialização das comunicações e das tecnologias digitais no Brasil. Tínhamos uma indústria importante, e hoje não temos nada. Perdemos enorme capacidade, no período Collor. Perdemos um centro de pesquisa avançadíssimo, talvez o maior na América Latina. Então temos que reconstruir, o que é mais difícil agora. Eu chamo a atenção para as pressões contra o Brasil, por tentar privilegiar a indústria nacional em algumas políticas de compra. Se o País quer comprar cabos de fibra óptica da sua indústria dos próximos dez anos, precisa reservar essa quota, como no pré-sal. Mas há países indo à OMC (Organização Mundial do Comércio) e já advertiram o Brasil contra isso. É preciso brigar contra as pressões que vêm da indústria eletrônica dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, porque

essas compras geram emprego e renda. Enquanto isso, os meios de comunicação manufaturam o consenso em outra direção, criando mentalidades dispostas a comprar o que não gera imposto nem emprego, como a última versão de um playstation. Nos falta um projeto de país, e eu digo no livro que os meios de comunicação sempre trabalharam contra isso.

Por Rita Freire

C&T

Isitec já pode oferecer graduação

O processo para assegurar a oferta do curso de graduação em engenharia da inovação pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec) foi concluído em 1º de novembro. O credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) consta da Portaria nº 1.068, assinada pelo titular dessa pasta, Aloizio Mercadante, e publicada no Diário Oficial da União no dia 4 último. Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE, apoiadora da iniciativa, comemora: “Vamos agora poder dar nossa contribuição efetiva para formar mão de obra qualificada. A ideia é oferecer aos estudantes um ensino de excelência, focado na inovação.” Sediada em São Paulo, a nova escola tem como mantenedor o Seesp, o primeiro sindicato a criar uma instituição de ensino superior no Brasil.

A proposta surgiu como reflexo do que foi apontado ainda em 2006 pela FNE em seu projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, o qual conta com a adesão dos sindicatos estaduais filiados à entidade nacional, entre os quais o Seesp. O documento, que vem sendo atualizado constantemente, indica que é preciso ampliar a demanda por engenheiros para desenvolver o País e assegurar qualidade em sua formação. Arelada a essa necessidade, a visão de que esses profissionais devem ter perfil voltado à inovação norteou a criação do Isitec e constitui seu diferencial. “A constatação de que sem isso não é possível o País avançar, ter mais competitividade, produtividade e valor agregado sustentará o desenvolvimento, consolidação e expansão do instituto”, acredita seu diretor-geral, Antonio Octaviano. Para ele, “o credenciamento coroa uma etapa importante dos trabalhos de implantação do instituto”. Ainda segundo Octaviano, o fato de não ter havido nenhum questionamento ou contestação ao que foi apresentado ao MEC demonstra a consistência do projeto, que “corresponde à necessidade posta pela realidade brasileira”.

No processo para credenciamento legal do Isitec, foram avaliados os documentos relativos tanto à proposta pedagógica quanto à infraestrutura adequada. O Conselho Nacional de Educação nomeou um relator que homologou a proposta do instituto. Encaminhada ao Ministro da Educação, tal foi sancionada pelas autoridades governamentais.

Apto a iniciar o processo seletivo à graduação, o Isitec agora se debruçará a reunir as melhores condições para seu lançamento, de acordo com Octaviano. De imediato, disponibilizará a partir de 2014 cursos de educação continuada, inclusive especialização (lato sensu).

Quanto à graduação, conforme José Marques Póvoa, consultor acadêmico do Isitec, a ideia é formar engenheiros “multiespecialistas, que sejam capazes de se capacitar para diversas áreas” ao longo de sua carreira. A proposta audaciosa leva em conta o fato de hoje o mercado ser absolutamente dinâmico, requerendo atualização constante. Caso contrário, diante dos avanços tecnológicos, os conhecimentos adquiridos na faculdade já poderão estar obsoletos na colação de grau. O novo curso, de cinco anos, pretende fornecer uma base sólida em engenharia, recuperando o conceito original do profissional enquanto “resolvedor de problemas”.

Parcerias e intercâmbio

O projeto foca também no relacionamento universidade-empresa, propugnado pela FNE no projeto “Cresce Brasil”, que deve ser impulsionado via convênios com companhias. Nesse sentido, comissão instituída pela federação, Senge e Isitec está se reunindo para discutir a criação de uma Rede de Conhecimento na Engenharia que facilitará essa troca de experiências e cooperação conjunta.

O Governo do Acre, por intermédio do sindicato local, foi o primeiro a firmar convênio com o instituto, ainda em setembro de 2012. Entre os objetivos estão oferecer “cursos de educação continuada presenciais e semipresenciais (com suporte de educação a distância), de pós-graduação lato sensu e de extensão de curta e média duração” para a qualificação e requalificação de servidores do estado, desenvolver programas que busquem a implementação de projetos de inovação na localidade e disseminar o conhecimento científico, bem como gerar oportunidades de trabalho e renda aos futuros engenheiros. Segundo o presidente do Senge-AC, Sebastião Fonseca, os cursos serão inteiramente custeados pelo governo, e a proposta é posteriormente ampliar o convênio, garantindo também pós strictu sensu (mestrado e doutorado). Ele ressalta que os muitos projetos que estão sendo desenvolvidos localmente, como Cidade do Povo, Ruas do Povo e na área de piscicultura, “carecem de pessoal melhor capacitado”. Na sua concepção, o Isitec pode ainda contribuir nos estudos em busca de soluções aos problemas vividos pela população acriana e brasileira, “como um centro de excelência”.

Integrando a comissão junto à FNE, o diretor-secretário do Senge-AL, Petrúcio Teixeira Lima, afirma que parceria desse tipo em Alagoas está em análise, por meio de instituições de ensino e indústrias. Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, diretora do Senge-MA, destaca que essa seria a demanda inicial do grupo que tem trabalhado na constituição da rede de conhecimento: “conceber modelos de parcerias com o Isitec para implantação nos sindicatos filiados à FNE”. De acordo com ela, a partir da aprovação da proposta adequada a cada realidade, deverá ser instituído um plano de ação.

Professor universitário aposentado e um dos fundadores do Senge-DF, Danilo Sili Borges também integra a comissão. Para ele, a rede é uma ideia inovadora. “Hoje, o profissional só troca informações em congressos, seminários e terá a oportunidade de fazê-lo em tempo real.” Permitirá, acredita, a integração entre pessoas ligadas a ensino, pesquisa e engenharia dos diversos estados brasileiros. Na sua visão, esse fórum poderia se estender para além das fronteiras nacionais, englobando também pessoal dos países lusófonos.

Por Soraya Misleh